

A INTEGRAÇÃO DA LITERATURA NA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA

Antonia Jamilly Gonçalves Braga

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: jamillygoncalves24@gmail.com

Fernanda Teles Paiva de Oliveira

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: talespfernanda@gmail.com

Manuela Silveira e Albuquerque

Discente do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: manuelaalbuquerque@alu.ufc.br

Maria Araújo Costa

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: maria.araujocostaa@gmail.com

Francisco José Mendes Vasconcelos

Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: fjmvasco@hotmail.com

RESUMO

A prática jurídica se dá por um intenso exercício de análise, na qual, o direito precisa ser interpretado para ser aplicado, devido às lacunas existentes nas normas, nesse sentido, atua a Hermenêutica Jurídica, o ramo que se ocupa em interpretar o direito. Diante disso, percebe-se que o direito é um mecanismo argumentativo, sendo desse modo um resultado de uma construção linguística, assim como, a literatura. Assim, a junção de duas artes com natureza interpretativa faz-se imprescindível para uma análise humanista da hermenêutica jurídica. Este resumo busca elucidar a semelhança entre direito e literatura, expondo como a interpretação literária pode auxiliar na jurídica e na construção de argumentos teóricos. Objetiva-se, portanto, lapidar o leitor assíduo e crítico que terá maior facilidade ao compreender as normas, justificar e analisar diferentes perspectivas com a racionalidade e as reflexões que a leitura proporciona. Garantindo, que os juristas levem em conta o valor e os princípios que fundamentam o direito. Nesse viés, Robert Dworkin em seu livro "A justiça de toga" elucidada que a verdadeira interpretação transcende o significado lexical das palavras, cuja real essência esta interligada com o entendimento das razões pelo qual um corpo social a promulgaria (Dworkin, 2006). O atual trabalho, sobreveio do Laboratório de Leitura (LABLEI), projeto de extensão, que ocorre em reuniões semanais fartas de debates ricos, habitualmente sobre um contexto literário e sua ligação com o direito. O presente resumo adota revisões bibliográficas e análises documentais com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a relação entre a interpretação jurídica e o contexto literário. Tais fontes de informação servem como base para coletar, e organizar a interpretação de dados importantes. Através da interpretação de casos hipotéticos, é possível desenvolver habilidades críticas fundamentais que auxiliam na interpretação jurídica de casos reais. OST (2004) revela que enquanto o direito codifica a realidade, instituindo-a através de uma rede de qualificações convencionadas que o encerra num sistema de obrigações e interdições, a literatura coloca em desordem as convenções suspendendo as "nossas" certezas. Assim, a reciprocidade entre direito e literatura permite ao primeiro assimilar características

literárias, resultando de acordo com as palavras de Trindade e Gubert (2008): "Permitindo aos juristas enfrentarem questões éticas e morais, cujas respostas não se encontram nos manuais e muito menos nos códigos". A interpretação jurídica através de contextos literários acaba, na prática, fazendo uma análise das problemáticas tratadas em livros a partir da lei brasileira, tornando o aprendizado mais atrativo, dando frutos como o exercício do senso crítico dos estudantes envolvidos e, para além disso, ilustra as mais diversas maneiras de como o Direito pode vir a aparecer na prática em casos concretos, relacionando a narrativa com o regramento vigente no Brasil, e diversificando, assim, a metodologia de aprendizado jurídico. Conclui-se que usar da literatura para ampliar os horizontes de estudo legal, é uma estratégia de grande valia, uma vez que cativa os alunos, torna o aprendizado mais prazeroso e instiga o desenvolvimento do senso crítico, tornando-se uma alternativa válida para variar a rotina acadêmica.

Palavras-chave: Literatura. Direito. Interpretação. Interpretação jurídica.